



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE SOLEDADE EM 07.10.2015

Aos 07 dias do mês de outubro de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Soledade a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0005424-65.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular José Renato Stangler, pelo Diretor de Secretaria Daniel Cristiano Fuman e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 15.07.2005

**Data da última correição realizada:** 15.10.2014

**Data de Instalação do PJe:** 17.09.2015

**Jurisdição:** Alto Alegre, Arvorezinha, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Pouso Novo, Salto do Jacuí, Selbach, Soledade, São José do Herval, Tunas

**1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2014 a 07.10.2015**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz	Situação	Período
José Renato Stangler	Juiz Titular	Desde 09.11.2009

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

##### 2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Soledade, pertence à 67ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a Vara do Trabalho de Carazinho. Essa circunscrição compreende 1 vaga de zoneamento, ocupada pela Juíza **Rubiane Solange Gassen Assis**.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	<b>José Renato Stangler</b>	<b>Juiz Titular desde 09.11.2009</b>		
1	<b>Rubiane Solange Gassen Assis</b>	<b>Juíza Substituta zoneada na Circunscrição</b>		
		07.01 a 05.02.2014 14 a 27.07.2014 16.07 a 02.08.2015	<b>Respondeu</b> pela Unidade em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta)	<b>60 dias</b>
		10 a 17.02.2015	<b>Atuou</b> em razão da Licença para Tratamento de Saúde (LTS) do Juiz Titular	<b>8 dias</b>
		03 a 14.08.2015	<b>Atuou</b> em razão das férias do Juiz Titular	<b>12 dias</b>
2	<b>Átila da Rold Roesler</b>	28.07 a 12.08.2014	<b>Atuou</b> em razão das férias do Juiz Titular	<b>15 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

### 2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular durante o Período Correcionado

Juiz	Motivo	Dias de Afastamento	Total
<b>José Renato Stangler</b>	Férias	07.01 a 05.02.2014 14.07 a 12.08.2014 07.01 a 05.02.2015 16.07 a 14.08.2015 21.09.2015	<b>121 dias</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10 a 17.02.2015	<b>8 dias</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.09.2015)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Daniel Cristiano Fuman	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	26.07.2011
2	Elena Ana Stramari	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	05.11.2009
3	Antônio Carlos Borsa dos Santos Filho	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	07.03.2012



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

4	Fabiane Polonia dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretária de Audiência (FC03)</b>	24.02.2015
5	Joice Oliveira Pacheco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	05.08.2013
6	Diana Wertheimer Pacheco	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	30.09.2013
7	André Marangon Rota	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente (FC02)</b>	31.10.2014
8	Lucianne Lourega de Lima Silva	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>01.06.2015</b>
9	Rodrigo Bazacas Correa <b>(Em férias)</b>	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	<b>08.06.2015</b>
-	Luciano Dell Agnolo Kuhn	<b>Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal</b>	-	24.03.2014
-	Márcio Azolim Faraco	<b>Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal</b>	-	02.02.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015)

\* O servidor Daniel Cristiano Fuman registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 27.09.2005 a 19.07.2011.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
856 processos	751 a 1.000	<b>9 servidores</b>	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Soledade está **de acordo** com o parâmetro previsto na referida norma.



### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>André Marangon Rota</b> (desde 31.10.2014)*	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	<b>7</b>
<b>Antônio Carlos Borsa dos Santos Filho</b>	Curso ou Evento	3	<b>7</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
<b>Daniel Cristiano Fuman</b>	Curso ou Evento	11	<b>12</b>
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	
<b>Diana Wertheimer Pacheco</b>	Curso ou Evento	2	<b>8</b>
	Doença em Pessoa da Família	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
<b>Elena Ana Stramari</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Fabiane Polonia dos Santos</b> (desde 24.02.2015)*	-	-	-
<b>Joice Oliveira Pacheco</b>	Curso ou Evento	2	<b>5</b>
	Doença em Pessoa da Família	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
<b>Lucianne Lourega de Lima Silva</b> (desde 01.06.2015)*	-	-	-
<b>Luciano Dell Agnolo Kuhn</b>	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Márcio Azolim Faraco</b> (desde 02.02.2015)*	Curso ou Evento	1	<b>1</b>
<b>Rodrigo Bazacas Correa</b> (desde 08.06.2015)*	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

### 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Sinara do Prado Fagundes	05.12.2012	<b>16.01.2014</b>	1 ano, 1 mês e 12 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Estância Velha



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2	Eodilva Brezolin	14.08.2008	<b>23.01.2014</b>	5 anos, 5 meses e 10 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Erechim
3	Maurício Dibi Bevilaqua	04.03.2010	<b>13.07.2014</b>	4 anos, 4 meses e 10 dias	Lotação na 5ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul
4	José Antônio Machado	05.11.2009	<b>15.09.2014</b>	4 anos, 10 meses e 11 dias	Lotação na CCDF de Passo Fundo
5	Rita de Cássia Dall Igna	17.03.2014	<b>30.09.2014</b>	6 meses e 14 dias	Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge, com lotação provisória no Cartório Eleitoral de Dionísio Cerqueira/SC
6	Diogo da Costa Borges	16.05.2014	<b>23.11.2014</b>	6 meses e 8 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Montenegro – Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)
7	Pablo Rodrigo Diaz Nunes	29.08.2013	<b>08.02.2015</b>	1 ano, 5 meses e 10 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Estância Velha
8	Diane Mazzochi	07.01.2015	<b>11.02.2015</b>	1 mês e 5 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul - Assistente de Juiz Titular (FC05)
9	Tatiane Menezes Palezi	09.01.2015	<b>26.02.2015</b>	1 mês e 18 dias	Lotação no Gab. Exmo. Des. Cláudio Antônio Cassou Barbosa - Assistente de Gabinete (FC05)
10	Gissiane Bruno da Silva	17.11.2014	<b>15.04.2015</b>	4 meses e 29 dias	Lotação no Gab. Exmo. Des. José Felipe Ledur - Assistente de Gabinete (FC05)
11	Letícia Freire Ledur	11.02.2015	<b>11.06.2015</b>	4 meses e 1 dia	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)



12	Raquel da Silva Barbosa Nogueira	10.04.2015	11.06.2015	2 meses e 2 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz Substituto (FC05)
----	----------------------------------	------------	------------	------------------	--

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015)

## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Thaise Metzethin</b>	Superior em Direito	02.05.2014 a 01.11.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação do Juiz Titular durante o Período Correccionado

Juiz	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>José Renato Stangler</b>	-	12	7	<b>19</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>André Marangon Rota</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Antônio Carlos Borsa dos Santos Filho</b>	-	20	97	<b>117</b>
<b>Daniel Cristiano Fuman*</b>	24	28	377	<b>429</b>
<b>Diana Wertheimer Pacheco</b>	-	20	121	<b>141</b>
<b>Elena Ana Stramari</b>	-	8	37	<b>45</b>
<b>Fabiane Polonia dos Santos</b>	-	20	40	<b>60</b>
<b>Joice Oliveira Pacheco</b>	-	20	173	<b>193</b>
<b>Lucianne Lourega de Lima Silva</b>	-	20	-	<b>20</b>
<b>Luciano Dell Agnolo Kuhn</b>	-	-	63	<b>63</b>
<b>Márcio Azolim Faraco</b>	20	5	5	<b>30</b>
<b>Rodrigo Bazacas Correa</b>	-	20	439	<b>459</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 17.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.



### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	882	1.019	15,53%	1.239	21,59%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	21	24	14,29%	27	12,50%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	791	782	-1,14%	850	8,70%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	37	30	-18,92%	33	10,00%
<b>Total</b>	<b>1.731</b>	<b>1.855</b>	<b>7,16%</b>	<b>2.149</b>	<b>15,85%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

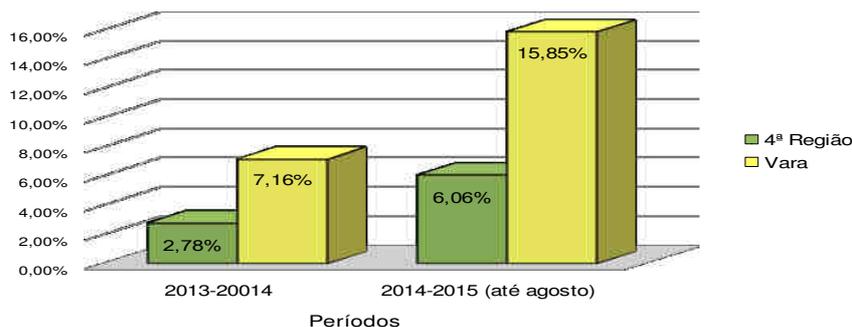
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve majoração de 7,16% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 137 processos), seguida da liquidação (acréscimo de 3 processos); por sua vez, o acervo de processos em fase de execução registrou queda de 9 processos, seguido do acervo de cartas precatórias e/ou de ordem que recuaram em 7.

A variação do acervo de processos na Vara do Trabalho de Soledade em 2014 foi superior ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 2,78% dos processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a agosto de 2015 o estoque de processos tramitando avançou mais 15,85%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Variação percentual do acervo de processos tramitando





## 3.2 FASE DE CONHECIMENTO

### 3.2.1 Processos Pendentes de Solução

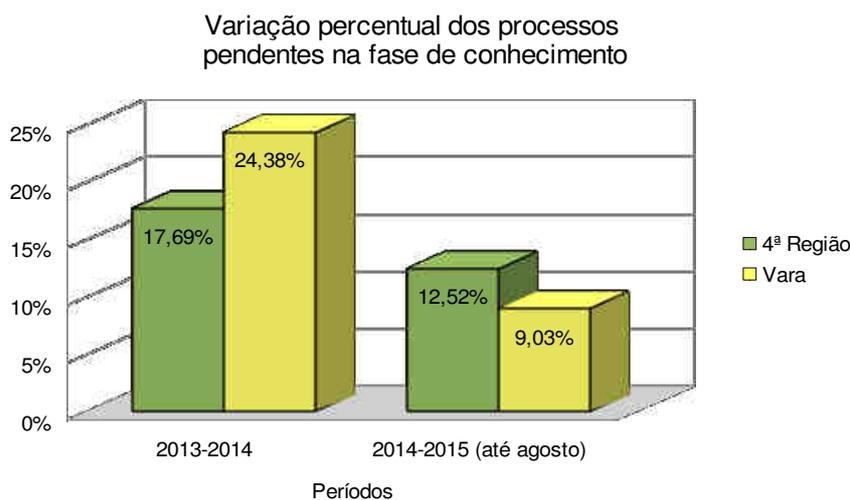
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.08)	Varição 2014-2015
<b>Casos novos</b>	837	936	11,83%	558	-40,38%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	12	4	-66,67%	3	-25,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	717	828	15,48%	517	-37,56%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>365</b>	<b>454</b>	<b>24,38%</b>	<b>495</b>	<b>9,03%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 24,38% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 365 para 454 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 11,83% na média mensal de casos novos (a qual passou de 69,75 processos, em 2013, para 78 processos, em 2014). Por sua vez, destaca-se que houve aumento de 15,48 na média mensal de processos solucionados (de 59,75 para 69 processos), ainda que insuficiente para evitar o aumento do estoque de processos pendentes.

Outrossim, os dados dos oito primeiros meses de 2015 apontam aumento de 9,03% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice é, no entanto, inferior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (67,84%) se encontravam aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2014. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve redução de 31,25% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo.



Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	85	89	4,71%	110	23,60%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	245	308	25,71%	337	9,42%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	19	46	142,11%	40	-13,04%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	16	11	-31,25%	8	-27,27%
<b>TOTAL</b>	<b>365</b>	<b>454</b>	<b>24,38%</b>	<b>495</b>	<b>9,03%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

### 3.2.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Vara do Trabalho de Soledade</b>	36,77%	36,55%	-0,60%	49,06%	34,23%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	40,94%	44,33%	8,28%	55,03%	24,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

\* Taxa de congestionamento =  $1 - \frac{\text{número de processos solucionados}}{\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos}}$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados, em determinado período, em relação ao total pendentes de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 36,55% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 0,60% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 7,78 pontos percentuais.

### 3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.08)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	329	45,89	380	45,89	228	44,1
	<b>Julgado procedente</b>	12	1,67	14	1,69	10	1,93
	<b>Julgado procedente em parte</b>	215	29,99	223	26,93	167	32,3
	<b>Julgado improcedente</b>	50	6,97	39	4,71	21	4,06
	<b>Extinto</b>	2	0,28	6	0,72	1	0,19
	<b>Outras decisões</b>	0	0	0	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Extinto	5	0,7	20	2,42	8	1,55
	Arquivamento (art. 844 CLT)	22	3,07	17	2,05	31	6
	Desistência	20	2,79	17	2,05	11	2,13
	Outras decisões	62	8,65	112	13,53	40	7,74
<b>TOTAL</b>		<b>717</b>	100	<b>828</b>	100	<b>517</b>	100

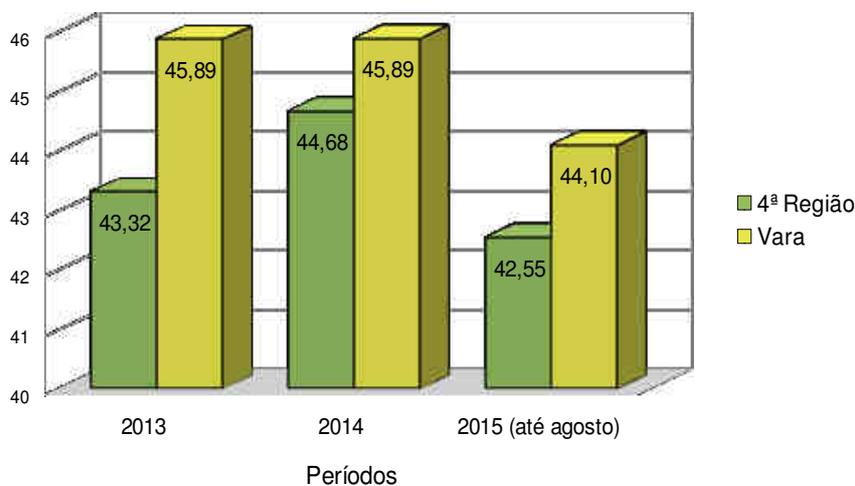
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

Verificou-se aumento de 111 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014, na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 15,48%. Esse índice se mostra além da média em toda a 4ª Região que, em 2014, apresentou uma redução média de 2,67%.

Dentre os tipos de solução, verificou-se incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 279 decisões com resolução de mérito na Unidade. Em 2014, esse número alcançou 282 decisões, representando um aumento de 1,08%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito superou o resultado do TRT4, que registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

Finalmente, a análise do quadro acima demonstra estabilidade do índice de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 329, representando 45,89% dos processos solucionados. Já em 2014, o número total de conciliações subiu para 380, correspondendo aos mesmos 45,89% das soluções na fase de conhecimento, índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e agosto do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento caiu para 44,1%, resultado que se mantém acima da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue.

Percentual de conciliações nos processos solucionados





### 3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.3.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Iniciadas</b>	57	50	-12,28%	82	64,00%
<b>Encerradas</b>	54	43	-20,37%	77	79,07%
<b>Pendentes</b>	<b>21</b>	<b>24</b>	<b>14,29%</b>	<b>27</b>	<b>12,50%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	0	1	-	0	-100,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação pouco variou nos últimos dois anos, tendo avançado de 21, em 2013, para 24, em 2014, importando em uma elevação de 14,29%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Essa elevação se deu em face do número de liquidações iniciadas ter superado em 16,28% o de liquidações encerradas na Unidade em 2014. Além disso, nos oito primeiros meses de 2015, houve avanço de 03 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 12,50%, índice que destoa da média de todo o TRT4 no período, que registrou queda de 1,87%.

#### 3.3.2 Taxa de Congestionamento\*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Vara do Trabalho de Soledade</b>	35,71%	39,44%	10,42%	27,36%	-30,63%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	42,12%	44,16%	4,83%	52,76%	19,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas / (resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 39,44% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 10,42% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 4,72 pontos percentuais.



### 3.4 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	239	257	7,53%	133	-48,25%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	99	14	-85,86%	19	35,71%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	284	193	-32,04%	91	-52,85%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	30	45	50,00%	16	-64,44%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	13	14	7,69%	18	28,57%
	<b>Demais</b>	428	437	2,10%	483	10,53%
	<b>Total</b>	<b>441</b>	<b>451</b>	<b>2,27%</b>	<b>501</b>	<b>11,09%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		333	364	9,31%	366	0,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Soledade subiu de 441 para 451 processos, o que corresponde a uma elevação de 2,27% em relação ao ano anterior. Esse desempenho foi ao da 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 32,04% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior, combinada com uma elevação de 7,53% no número de liquidações iniciadas na comparação entre esses dois períodos.

Outrossim, os dados colhidos no período de janeiro a agosto de 2015 apontam aumento de 11,09% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,88%.

#### 3.4.2 Taxa de Congestionamento\*

<b>Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*</b>					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Vara do Trabalho de Soledade</b>	59,77%	72,35%	21,04%	84,42%	16,68%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	69,60%	70,81%	1,74%	81,60%	15,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

\* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 72,35% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 21,04% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi superior ao congestionamento médio do TRT4 em 1,54 pontos percentuais.



Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Vara do Trabalho de Soledade</b>	73,58%	81,28%	10,46%	90,40%	11,22%
<b>Média no TRT4 - 1ª Instância</b>	84,51%	84,91%	0,47%	89,16%	5,01%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Soledade na fase de execução, a qual passa a corresponder a 81,28% - índice 10,46% superior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, no entanto, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 3,63 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução superior à média regional.

### 3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	93	45	-51,61%	9	-80,00%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	81	101	24,69%	14	-86,14%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	631	554	-12,20%	564	1,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Soledade, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.08.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **04 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:



1	0112600-83.2008.5.04.0571
<p><b>Situação processual:</b> Em 1º.06.2015, foi certificado o pagamento integral do débito, data em que foi proferida sentença extinguindo a execução, a liberação de alvarás, recolhimentos das contribuições previdenciárias e do imposto de renda, devolução de documentos e arquivamento dos autos.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> Em 01.12.2011, os reclamados <i>Lodi Pedras Preciosas Ltda, Deves Quartzos do Brasil LTDA, Irmão Bortoluzzi &amp; Cia. Ltda e JB Pedras Preciosas e Semi-Preciosas</i> tiveram os seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Em 28.07.2015, o 1º, 3º e 4º reclamados registrada a quitação do débito junto ao BNDT, permanecem com dívida pendente registrada apenas o 2º reclamado <i>Deves Quartzos do Brasil LTDA</i>.</p>	
2	0003100-82.2008.5.04.0571
<p><b>Situação processual similar à da reclamatória nº 0112600-83.2008.5.04.0571.</b></p>	
3	0002200-65.2009.5.04.0571
<p><b>Situação processual:</b> Em 20.02.2009, foi o processo foi apensado à ação nº 0007900-22.2009.5.04.0571, na qual foi certificado o pagamento integral do débito, proferida sentença de extinção da execução, determinada a exclusão dos reclamados do BNDT e arquivados os autos.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> No processo nº 0002200-65.2009.5.04.0571, o reclamado <i>Ribamar Pereira – ME</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”. Apesar de ter sido excluído os dados do reclamado do BNDT no processo principal (0007900-22.2009.5.04.0571), no processo apensado o reclamado permanece com pendência junto àquele banco de dados.</p>	
4	0078100-59.2006.5.04.0571
<p><b>Situação processual:</b> Em 26.03.2015, foi proferida sentença de extinção da execução, sendo também determinada a expedição de alvará e o arquivamento dos autos. Em 18.04.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e, em 22.05.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos.</p> <p><b>Histórico BNDT:</b> Em 14.09.2011, a reclamada <i>MLC Engenharia e Construções Ltda</i> teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do juízo”.</p>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

### 3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
Incidente	2013			2014			2015 (até ago)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	100	86	12	121	119	14	84	50	48
<b>Antecipações de tutela</b>	40	35	4	37	31	2	14	13	3
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	12	12	8	14	11	15	4	12	6
<b>Embargos à execução</b>	52	49	38	43	37	37	46	37	46
<b>Embargos à arrematação</b>	0	1	0	1	1	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	1	0	1	1	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	6	8	1	0	0	1	5	2	4

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)



Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 217 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 3,33% em relação ao ano anterior (acréscimo de 7 processos). Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados aumentou 4,17% na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 192 para 200). Em face disso, o número total de incidentes pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 69, saldo 9,52% maior do que em 31.12.2013. Destaca-se ainda que, em 31.08.2015, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 107, número 55,07% superior ao do final do período anterior.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos, a título de amostragem, no quadro abaixo:

1	0000061-38.2012.5.04.0571
<b>Situação processual:</b> Em 15.05.2013, foi protocolada petição de embargos de declaração da reclamada. Em 27.05.2013, foi proferido despacho que recebeu o incidente como embargos à execução e, em face da ausência de garantia da execução, deixou de apreciá-los. Em face dessa situação, os embargos de declaração continuam pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.	
2	0000381-25.2011.5.04.0571
<b>Situação processual:</b> Em 08.10.2012, foi protocolada petição de embargos à execução. Em 17.10.2012, foi proferido despacho deixando de receber o incidente em face da ilegitimidade do requerente para defender interesses de terceiro. Em face de não haver lançamento da conclusão e da decisão ao incidente, os embargos à execução permanecem pendentes junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.08)	Varição 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	61,09	49,82	-18,44%	68,52	37,52%
	Ordinário	149,96	162,66	8,47%	188,2	15,70%
	Total	147,15	160,28	8,92%	181,87	13,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação de sentença no rito sumaríssimo alcançou 49,82 dias, correspondendo a um recuo de 18,44% em relação à média do ano anterior.

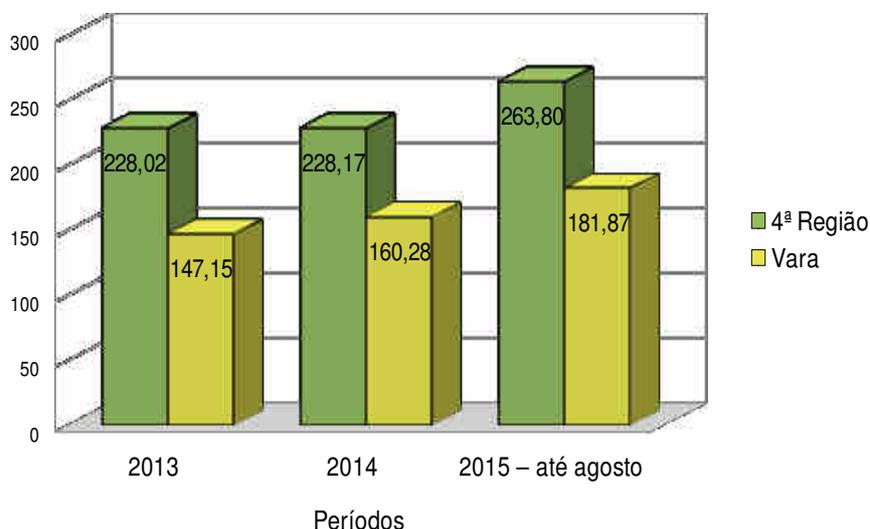


Entretanto, nos oito primeiros meses de 2015, o prazo nesse rito foi 37,52% mais moroso na comparação com o ano de 2014.

Por sua vez, o lapso de tramitação dos processos do rito ordinário em 2014 na fase de conhecimento foi de 162,66 dias, média 8,47% superior na comparação com 2013. Em 2015, igualmente, o prazo médio avançou 15,70% na comparação com 2014.

Por fim, conforme apontado no gráfico abaixo, o lapso de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 29,75% (67,89 dias) mais célere que a média de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, diferença que foi ampliada em 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 31,06% (81,93 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	108	117	8,33%	93	-20,51%
	Ordinário	131,54	166,12	26,29%	115,54	-30,45%
	Total	<b>131,09</b>	<b>164,95</b>	<b>25,83%</b>	<b>114,88</b>	<b>-30,35%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 117 dias, o que equivale a uma elevação de 8,33% em relação à média do ano anterior. No entanto, de janeiro a agosto de 2015 o prazo médio no rito sumaríssimo foi de 93 dias, período 20,51% menor que em 2014.

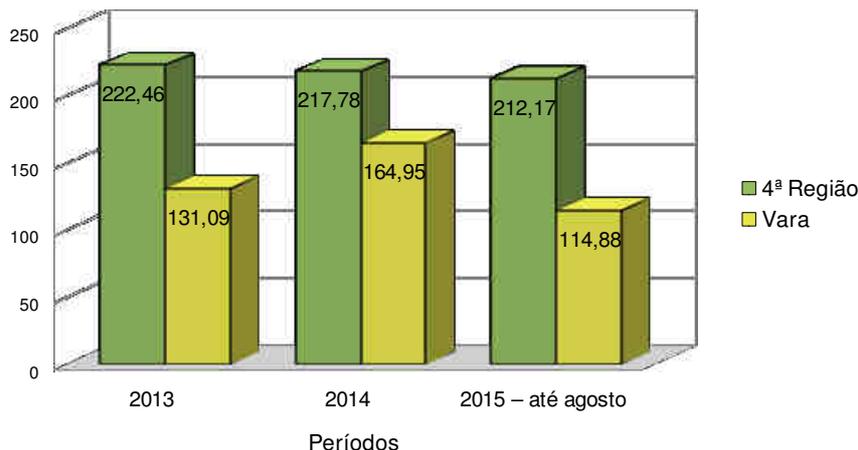
Por sua vez, no rito ordinário, o prazo médio na fase de liquidação alcançou 166,12 dias em 2014, média 26,29% maior que a de 2013. Porém,



nos oito primeiros meses de 2015 o lapso de tramitação do rito ordinário recuou para 115,54 dias, que equivale a uma redução 30,35%.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 24,26% (58,83 dias) mais célere do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014, enquanto em 2015 o tempo de tramitação foi 45,86% (97,29 dias) menor que a média regional. Especificações no gráfico abaixo:

**Prazo médio total - fase de liquidação**



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	207,08	366,40	76,94%	259,37	-29,21%
	Ente público	111,11	419,27	277,35%	1.129,00	169,28%
	Total	<b>196,63</b>	<b>371,91</b>	<b>89,14%</b>	<b>283,53</b>	<b>-23,76%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 207,08 dias, em 2013, para 366,40 dias, em 2014. Em 2015 (janeiro a agosto), no entanto, a média diminuiu para 259,37 dias, prazo 29,21% menor que a do período anterior.

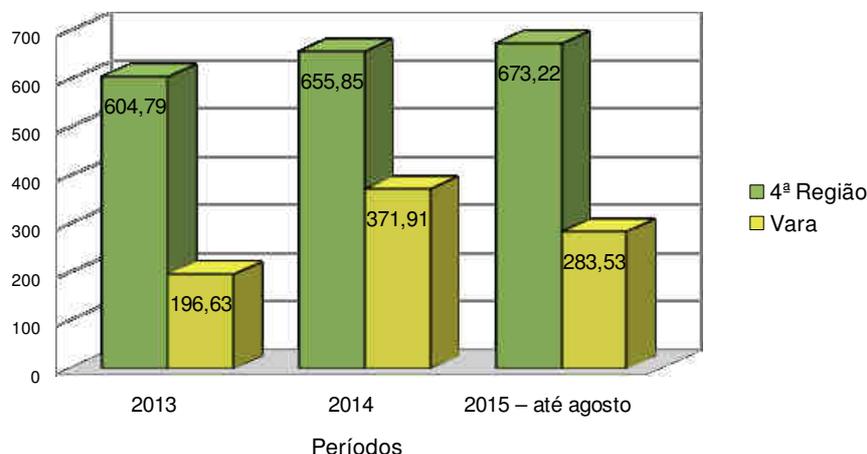
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 111,11 dias, em 2013, para 419,27, em 2014. Outrossim, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 1.129,00 dias, que equivale a um aumento de 169,28% na comparação com 2014. Todavia, esse aumento deve ser analisado com uma certa restrição, haja vista que sua base de cálculo conta apenas com dois processos de ente público encerrados em 2015.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na Vara do Trabalho de Soledade foi 43,29% (283,94



dias) mais célere que a média da 4ª Região, desempenho melhorado nesses oito primeiros meses de 2015, quando o prazo médio da Unidade foi 57,88% (389,69 dias) menor que a média regional.

**Prazo médio total - fase de execução**



## 5 METAS

### 5.1 Metas do CNJ – Anos anteriores a 2014

**5.1.1 Meta 2 - 2009:** “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

**5.1.2 Meta 2 – 2010:** “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
1	Meta não cumprida

**Processo nº 0189700-51.2007.5.04.0571** – Ação de cumprimento ajuizada em 12.12.2007. Em 13.12.2007, foi proferido despacho que determinou a suspensão da tramitação processual até a solução de ação cautelar de exibição de documentos (nº 0002300-54.2008.5.04.0571). Em 11.11.2009, a ação cautelar foi apensada ao processo, dando seguimento à tramitação processual. Em 26.07.2010, foi novamente suspensa a tramitação do processo até a decisão de agravo de instrumento no TST do processo nº 2840/2006-0007-04.40. Em 02.03.2012, foi encerrada a suspensão processual. Em 19.04.2012, foi proferida sentença que julgou extinta a ação pela ausência das condições da ação por ilegitimidade ativa. Em 01.08.2013, os autos retornaram do TRT4 com decisão que reformou a sentença, afastando a extinção do feito por ilegitimidade ativa e determinando o retorno dos autos ao primeiro grau para julgamento dos demais pedidos da inicial. Após isso, foram designadas audiências para os dias 12.05.2014, 03.11.2014 e 06.05.2015, todas elas adiadas posteriormente. Em 28.09.2015, foi encerrada a instrução e deferido prazo para as partes apresentarem memórias, ficando predeterminada a conclusão dos autos para sentença após o decurso dos prazos.



**5.1.3 Meta 2 – 2012:** “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
1.061	1.057	99,62%	Meta cumprida

**5.1.4 Meta 2 – 2013:** “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
605	600	99,17%	Meta cumprida

**5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014**

**5.2.1 Meta 1:** “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
936	828	88,46%	Meta não cumprida

**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados em 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre jan/2012 e dez/2014	%	Resultado
29	29	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e dez/2014	%	Resultado
282	266	94,33%	Meta cumprida

**5.2.3 Meta 5:** “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

**Observação:** O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

*precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	987
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	10
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	306
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	331
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	229
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	6
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	256
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	243
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	3
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	231
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	4
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	17
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	3
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	63
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	3

\* *Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal* =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$   
*Percentual de redução - Execução Fiscal* =  $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
-4,11	Meta não cumprida

META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
16,86	Meta cumprida

**5.2.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
01	Meta não cumprida

**Processo nº 0189700-51.2007.5.04.0571** – Ação de cumprimento ajuizada em 12.12.2007. Em 13.12.2007, foi proferido despacho que determinou a suspensão da tramitação processual até a solução de ação cautelar de exibição de documentos (nº 0002300-54.2008.5.04.0571). Em 11.11.2009, a ação cautelar foi apensada ao processo, dando seguimento à tramitação processual. Em 26.07.2010, foi novamente suspensa a tramitação do processo até a decisão de agravo de instrumento no TST do processo nº 2840/2006-0007-04.40. Em 02.03.2012, foi encerrada a suspensão processual. Em 19.04.2012, foi proferida sentença que julgou extinta a ação pela ausência das condições da ação por ilegitimidade ativa. Em 01.08.2013, os autos retornaram do TRT4 com decisão que reformou a sentença, afastando a extinção do feito por ilegitimidade ativa e determinando o retorno dos autos ao primeiro grau para julgamento dos demais pedidos da inicial. Após isso, foram designadas audiências para os dias 12.05.2014, 03.11.2014 e 06.05.2015, todas elas adiadas posteriormente. Em 28.09.2015, foi encerrada a instrução e deferido prazo para as partes apresentarem memórias, ficando predeterminada a conclusão dos autos para sentença após o decurso dos prazos.

### 5.3 Metas do CNJ – Ano de 2015

**5.3.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.08.2015	Solucionados até 31.08.2015	%	Resultado parcial (até agosto)
558	517	92,65%	Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta

**5.3.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados em 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre jan/2013 e ago/2015	%	Resultado
355	330	92,96%	Meta já cumprida



**5.3.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.08)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.08)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até agosto)
133	77	57,89%	<b>Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta</b>

**5.3.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até agosto)
1	<b>Meta ainda não cumprida</b>
<b>Processo nº 0189700-51.2007.5.04.0571</b> – Ver descrição da tramitação processual no item 5.2.4.	

**5.3.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.08.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até agosto)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	<b>Período insuficiente para aferição do cumprimento da meta</b>
2º Estado do Rio Grande do Sul	13	18	12	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	4	4	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	12	21	11	
5º União	0	12	0	
6º OI S.A.	0	1	0	



7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	1	12	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	5	7	4	
9º	Banco do Brasil S.A.	14	10	13	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

### 5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.08)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até agosto)
228,17	160,28	181,87	158,68	<b>Prazo médio parcial acima do cumprimento da meta</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.08)	Meta para 2015	Resultado parcial (até agosto)
<b>Total de acordos</b>	329	380	354,5	228	<b>359</b>	<b>Média parcial aquém da necessária ao cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	27,42	31,67	29,54	28,50	<b>29,92</b>	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	-	-	-



<b>Tarde</b>	10 (I) 1 (U) 6 (P)	10 (I) 1 (U) 6 (P)	10 (I) 1 (U) 6 (P)	-	-
--------------	--------------------------	--------------------------	--------------------------	---	---

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 07.10.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
<b>Inicial</b>	03.11.2015	03.11.2015
<b>Una Sumaríssimo</b>	03.11.2015	04.11.2015
<b>Instrução</b>	30.03.2016	14.03.2016
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 07.10.2015)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.08)	Variação 2014-2015
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Sumaríssimo</b>	33,17	34,26	3,30%	42,33	23,55%
	<b>Ordinário</b>	37,84	41,09	8,60%	41,86	1,86%
	<b>Total</b>	<b>37,72</b>	<b>40,94</b>	<b>8,53%</b>	<b>41,86</b>	<b>2,26%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo teve seu prazo médio aumentado de 33,17 dias, em 2013, para 34,26 dias, em 2014 (elevação de 3,30%). Outrossim, nos primeiros oito meses de 2015, o lapso de tramitação avançou para 42,33 dias, que equivale a um aumento de 23,55% na comparação com 2014.

Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 37,84 dias, em 2013, para 41,09 dias, em 2014 (elevação de 8,60%), e nova elevação para 41,86 dias, em 2015 (aumento de 1,86%)

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.



## 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>José Renato Stangler</b>	831	360	17	0	<b>1.208</b>
<b>Átila Da Rold Roesler</b>	53	29	0	0	<b>82</b>
<b>Total</b>	<b>884</b>	<b>389</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>1.290</b>

2015 (até 31.08)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
<b>José Renato Stangler</b>	472	231	5	1	<b>709</b>
<b>Rubiane Solange Gassen Assis</b>	47	22	1	0	<b>70</b>
<b>Total</b>	<b>519</b>	<b>253</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>779</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)

## 6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>José Renato Stangler</b>	347	261	6	614	161	<b>775</b>
<b>Átila Da Rold Roesler</b>	32	15	0	47	5	<b>52</b>
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>276</b>	<b>6</b>	<b>661</b>	<b>166</b>	<b>827</b>

2015 (até 31.08)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>José Cesário Figueiredo Teixeira</b>	1	0	0	1	-	<b>1</b>
<b>José Luiz Dibe Vescovi</b>	-	1	0	1	-	<b>1</b>
<b>José Renato Stangler</b>	205	193	1	399	88	<b>487</b>
<b>Rubiane Solange Gassen Assis</b>	22	3	0	25	2	<b>27</b>
<b>Átila Da Rold Roesler</b>	-	2	0	2	-	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>228</b>	<b>199</b>	<b>1</b>	<b>428</b>	<b>90</b>	<b>518</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.09.2015)



## 6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular <b>José Renato Stangler</b>		
0000110-11.2014.5.04.0571	0000069-78.2013.5.04.0571	0011900-36.2007.5.04.0571
0000389-94.2014.5.04.0571	0000558-52.2012.5.04.0571	0000919-98.2014.5.04.0571
0000605-55.2014.5.04.0571	0000733-12.2013.5.04.0571	0187700-78.2007.5.04.0571
0000615-02.2014.5.04.0571	0000166-10.2015.5.04.0571	0000295-15.2015.5.04.0571
0000202-52.2015.5.04.0571	0000694-15.2013.5.04.0571	0000720-76.2014.5.04.0571
0000201-67.2015.5.04.0571	0000220-73.2015.5.04.0571	0000611-62.2014.5.04.0571
0000193-90.2015.5.04.0571	0000744-75.2012.5.04.0571	8068500-20.1997.5.04.0561
0000489-54.2011.5.04.0571	0001024-75.2014.5.04.0571	0000316-25.2014.5.04.0571
0000804-77.2014.5.04.0571	0000022-36.2015.5.04.0571	0000726-83.2014.5.04.0571
0000237-80.2013.5.04.0571	0000403-15.2013.5.04.0571	0000355-85.2015.5.04.0571
0000637-60.2014.5.04.0571	0000346-26.2015.5.04.0571	0000037-05.2015.5.04.0571
0000712-36.2013.5.04.0571	0000347-11.2015.5.04.0571	0000038-87.2015.5.04.0571
0000458-34.2011.5.04.0571	0000352-33.2015.5.04.0571	0000077-84.2015.5.04.0571
0000192-42.2014.5.04.0571	0000115-96.2015.5.04.0571	0000078-69.2015.5.04.0571
0000082-77.2013.5.04.0571	0000282-16.2015.5.04.0571	0000079-54.2015.5.04.0571
0000385-57.2014.5.04.0571	0000627-16.2014.5.04.0571	0000718-09.2014.5.04.0571
0000721-61.2014.5.04.0571	0000723-31.2014.5.04.0571	0000724-16.2014.5.04.0571
0000728-53.2014.5.04.0571	-	-
<b>Total: 52 processos</b>		

Juíza substituta zoneada <b>Rubiane Solange Gassen Assis</b>		
0000222-43.2015.5.04.0571	0000599-82.2013.5.04.0571	0000011-41.2014.5.04.0571
0000173-36.2014.5.04.0571	0000223-62.2014.5.04.0571	0000537-42.2013.5.04.0571
<b>Total: 6 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 05.10.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 31.09.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 17.08.2015)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

O Diretor de Secretaria informou que cinco servidores aderiram ao movimento grevista no período de 15.06.2015 a 08.09.2015. Nesse período, foram priorizados o atendimento de balcão, expedição de alvarás e o protocolo.

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 05 dias, a contar da determinação.



## 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 05 dias, a contar da determinação.

## 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos 48 horas após a assinatura do despacho.

## 7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas no mesmo dia da protocolização. Não havia pendências na data da inspeção correcional.

## 7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da inspeção havia em torno de 20 processos em análise de protocolo. Estavam sendo analisadas petições a partir de 05 de outubro de 2015.

## 7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 09 de setembro de 2015.

## 7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Não havia pendências na data da visita correcional.

## 7.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

## 7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Na data da visita correcional havia cerca de 50 processos pendentes de arquivamento em razão da adesão de servidores ao movimento grevista.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000288-23.2015.5.04.0571	<b>27.07.2015</b>	1 mês e 28 dias
2	0000469-58.2014.5.04.0571	<b>14.08.2015</b>	1 mês e 11 dias
3	0000056-16.2012.5.04.0571	<b>18.08.2015</b>	1 mês e 7 dias
4	0000427-77.2012.5.04.0571	<b>03.09.2015</b>	22 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)



### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
-	0000384-43.2012.5.04.0571*	06.11.2014	-

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

\* Houve dilação de prazo ao perito mas não há indicação do prazo final no inFOR.

### 7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	571-00378/15	0000378-65.2014.5.04.0571	07.06.2015	3 meses e 18 dias
2	571-00282/15	0000945-96.2014.5.04.0571	08.09.2015	17 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.09.2015)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 24.09.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **577 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000606-40.2014.5.04.0571	<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Ao contrário do certificado no verso da fl. 42, o verso das fls. 02 a 05 e verso da fl. 09 não estão em branco; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 107; ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 115 a 133. <b>Movimentação processual:</b> Não houve movimentação processual a partir de 20.08.2015 (fl. 180) em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015, conforme certificado à fl. 181; o despacho da fl. 180 pende de cumprimento.
2	0000432-31.2014.5.04.0571	<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Da certidão da fl. 64 à consulta da fl. 65 decorreram mais de 30 dias; conforme andamentos do Infor o mandado das fls. 69-70 foi devolvido à Secretaria em 04.05.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria, em 10.09.2015, os autos não haviam sido movimentados; a certidão da fl. 71 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.
3	0000995-25.2014.5.04.0571	<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Não foi observada a determinação de exclusão do feito do segundo reclamado, conforme ata da fl. 45, tanto na autuação, como nos registros do Infor. <b>Movimentação processual:</b> Nada a apontar.



4	0000158-33.2015.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Ao contrário do noticiado na certidão da fl. 22/verso, o verso das fls. 17 a 21 não está em branco. <b>Movimentação processual:</b> O item 2 do despacho da fl. 52 está pendente de cumprimento; a certidão da fl.54 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.	
5	0000028-77.2014.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada apontar. <b>Movimentação processual:</b> Petição da fl. 83 apreciada em 26 dias (juntada em 04.09.2014 e despacho da fl. 84 em 30.09.2014); petição da fl. 87 apreciada em 23 dias (despacho da fl. 88); os autos ficaram sem movimentação de 24.04.2015 a 09.09.2015; a certidão da fl. 113 justifica a falta de impulso processual em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.	
6	0000690-75.2013.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Análise dos pressupostos de admissibilidade do recurso ordinários das fls. 495-502, 14 dias após a protocolização (despacho da fl. 503); cumprimento do despacho da fl. 573 em 30 dias (notificação da fl. 574); após a juntada da petição e documentos das fls. 575-580, em 28.07.2015, não houve impulso processual; a certidão da fl. 581 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.	
7	0000395-67.2015.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> O verso das fls. 34 e 35 não está em branco como informado à fl. 78, carmim. <b>Movimentação processual:</b> Até o envio dos autos à Corregedoria não foi apreciado o requerimento formulado à fl. 52, carmim; após o expediente da fl. 148, carmim, em 04.08.2015, não houve movimentação processual; a certidão da fl. 150 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.	
8	0000260-89.2014.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos:</b> Ausência de carimbo 'em branco' no verso das fls. 205 e 206. <b>Movimentação processual:</b> As notificações das fls. 165-166 foram expedidas 22 dias após a publicação da sentença das fls. 162-164; o prazo da notificação da fl. 165 expirou em 12.12.2014 e o impulso processual ocorreu em 13.01.2015 (despacho da fl. 173); da juntada das contrarrazões das fls. 186-188 (em 27.03.2015) à certidão da fl. 189, lavrada em 30.04.2015, decorreram mais de 30 dias; a petição da fl. 210 pende de apreciação.	
9	0000027-92.2014.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Análise dos pressupostos recursais (recursos das fls. 422-437, carmim) em 14 dias; após a expedição do expediente da fl. 446, em 03.06.2015, não houve movimentação processual; a certidão da fl. 447 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.09.2015.	
10	0000511-78.2012.5.04.0571
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> Nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Análise do cálculo das fls. 409-450 em 30 dias (despacho da fl. 452); da juntada dos embargos à execução das fls. 475-486, em 18.08.2014, ao despacho da fl. 488, proferido em 19.09.2014, decorreram 30 dias; o prazo das notificações das fls. 507-509 expirou em 07.07.2015 e até o envio dos autos à Corregedoria, em 10.09.2015, não houve movimentação processual; a certidão da fl. 510 justifica a falta de movimentação em razão da adesão de servidores da Unidade ao movimento grevista, de 15.06.2015 a 08.209.2015.	



\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos parados no Sistema inFor, não foram encontradas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos. Do total de **577 processos** sem movimentação, constatou-se que esses **estão regulares** ou com procedimentos em andamento, em razão de que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, conclusos para despacho ou decisão ou sendo movimentados pela Secretaria, num prazo regular, razão pela qual é elogiável a rotina de trabalho da Unidade no tocante a este aspecto da inspeção correccional.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **não observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, sobre o pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJe ocorreu recentemente na Unidade Judiciária, em 17.09.2015.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

remotamente em duas oportunidades, nos dias 29.09.2015 e 05.10.2015 com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

Agrupador	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	07.10.2015
c/habilitações não lidas	-	01	-	07.10.2015
c/pedido de liminar	-	-	-	07.10.2015
C/petições não apreciadas	-	-	-	07.10.2015
Mandados devolvidos OJ	-	02	-	07.10.2015
Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento providência	Conhecimento	-	-	07.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Liquidação	-	-	07.10.2015
Aguardando cumprimento providência	Execução	-	-	07.10.2015
Aguardando ciência	Conhecimento	02	20986.57.2015	29.09.2015
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	01	20023.42.2015	07.10.2015
Aguardando término dos prazos	Liquidação	-	-	07.10.2015
Aguardando término dos prazos	Execução	-	-	07.10.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	07.10.2015
Prazos vencidos	Conhecimento	-	-	07.10.2015
Prazos vencidos	Liquidação	-	-	07.10.2015
Prazos vencidos	Execução	-	-	07.10.2015
Triagem inicial	-	01	20033.86.2015 (*)	06.10.2015

(\*) Processo com problema de ordenamento de documentos.

Há poucos processos tramitando no meio eletrônico. De qualquer modo, a Unidade foi orientada a observar o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria quanto à designação de audiências iniciais (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

O Diretor de Secretaria foi aconselhado a manter o gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual. A manutenção de processos já analisados nos agrupadores distorce, de forma desfavorável, a visibilidade e avaliação da real situação do trâmite dos processos da Unidade no meio eletrônico.



## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Vara do Trabalho de Soledade destaca-se pela célere tramitação processual em todas as fases mesmo com a tendência de aumento do acervo desde 2014. A fase que mais se sobressai é a execução, cuja tramitação média foi, até agosto de 2015, 389 (trezentos e oitenta e nove) dias mais célere do que o parâmetro médio apontado com base nas demais unidades do Estado. De qualquer forma, tanto a fase de conhecimento como a fase de liquidação apresentaram lapsos médios positivamente inferiores aos prazos regionais. Ademais, constata-se a excelente estabilidade no enxuto estoque de processos na fase de liquidação nos últimos anos – a propósito, foi esclarecido pelo Diretor de Secretaria Daniel Cristiano Fuman que é adotado na unidade a sistemática de análise da conta apresentada pelo contador ad hoc e, com sua imediata homologação.

O Juiz Titular José Renato Stangler relatou que periodicamente efetua a retomada de execuções frustradas, realizando, para tanto, novas diligências junto aos convênios disponíveis. A medida tem obtido bons resultados, como pode ser constatado no quadro informativo constante no item 3.4.1 desta ata.

Tanto o Diretor como o Juiz Titular registraram que a unidade depara-se, usualmente, com a dificuldade gerada pela constante rotatividade de servidores, o que exige esforço extra para manter o contínuo treinamento de pessoal para as demandas necessárias.

Considerando essa realidade local, assim como o fato de que, durante o período de greve dos servidores, houve adesão de até seis servidores do quadro disponível, os resultados apresentados pela unidade são realmente excelentes e elogiáveis.

O Juiz Titular José Renato Stangler mostrou-se atuante e comprometido com a jurisdição e ratificou sua intenção de manter a prolação de sentenças respeitando a ordem cronológica de conclusão.

Ao final, a Corregedora parabenizou a todos os presentes pelo comprometimento e pelos resultados apresentados pela unidade e possibilitou o uso da palavra pelos servidores, não tendo havido, contudo, manifestação.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.3.1 - Meta CNJ 1/2015**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, situação que vêm se repetindo nesses primeiros oito meses do ano de 2015.



### ITEM 5.3.3 - Meta CNJ 5 - 2015

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### ITEM 3.4.3 - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos nº 0002200-65.2009.5.04.0571 e nº 0078100-59.2006.5.04.0571, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) verifique, nos autos dos processos nº 0112600-83.2008.5.04.0571, nº 0003100-82.2008.5.04.0571, se há débitos pendentes dos devedores solidários/subsidiários que justifiquem a manutenção destes junto ao BNDT, mormente quando proferida sentença de extinção da execução. Em caso negativo, deverá ser realizada a exclusão da reclamado daquele banco de dados;
- d) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

### ITEM 3.5 - Incidentes Processuais

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) considerando a pendência de embargos dos embargos de declaração lançados no processo nº 0000061-38.2012.5.04.0571, e não havendo outra forma de corrigir essa pendência, determina-se a exclusão do protocolo da reclamada do dia 15.05.2013 e sua substituição por apresentação de embargos à execução, observada a mesma data. Além disso, deverão ser lançados, com data retroativa, os andamentos de conclusão e a decisão que extinguiu os embargos à execução, conforme despacho proferido em 27.05.2013;



- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0000381-25.2011.5.04.0571;

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITENS 5.1.2 - (Meta CNJ 2 - 2010), 5.2.4 (Meta CNJ 6 – 2014) e 5.3.4 (Meta CNJ 6 – 2015)**

Determina-se que seja proferida sentença pelo Juiz José Renato Stangler no prazo de 10 dias, para que finalmente sejam cumpridas as metas do CNJ suprarreferidas.

#### **ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO**

Determina-se que o Juiz Titular **José Renato Stangler** e a Juíza Substituta zoneada **Rubiane Solange Gassen Assis** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correccional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

#### **ITEM 7.10.1 - ADVOGADOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.1 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS**

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correccional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

#### **ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente



- assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais cumprindo, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
  - d) observe a determinação de exclusão da lide, do segundo reclamado, regularizando os registros conforme análise do processo nº 0000995-25.2014.5.04.0571;
  - e) movimente os processos nº 0000606-40.2014.5.04.0571, nº 0000432-31.2014.5.04.0571, nº 0000158-33.2015.5.04.0571, nº 0000690-75.2013.5.04.0571, nº 0000395-67.2015.5.04.0571 e nº 0000511-78.2012.5.04.0571, analisados no item 8.1;
  - f) apreciar o requerimento juntado à fl. 210 do processo nº 0000260-89.2014.5.04.0571.

### **ITEM 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

Determina-se pronunciamento explícito sobre os pressupostos de admissibilidade recursal no despacho de recebimento dos recursos ordinários e dos agravos de petição.

### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, o Diretor e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Soledade, das 14h30min às 15h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceu o advogado Eduardo Gralha Silva, Conselheiro da Seccional da OAB local, que teceu elogiosas considerações quanto ao trabalho dos servidores da unidade, bem como à atuação do Juiz Titular.

### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

### **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular José Renato Stangler, pelo Diretor de Secretaria Daniel Cristiano Fuman e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck**  
**Corregedora Regional**